

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**200 ANOS DE
KARL MARX**

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Marcelo Braz

Mauro Iasi

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra

Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes

Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio

Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo

Montaño Barreto, Cecília Paiva Neto

Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF),

Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco

José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela

Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves

Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi

Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica

Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José

Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento

Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile

Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)

CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ

(21) 3873-5386

revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 2
2018
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 2	p. 405-736	2018
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

A imagem da capa é uma edição de Fábio Marinho sobre foto da Unesco.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

Políticas Sociais e Sociedade Burguesa: uma leitura a partir do método

Social Policies and Bourgeois Society: reading from the method

Beatriz Rodrigues Diniz

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 2

p. 595-613

2018

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo apreender determinantes que constituem a política social nos seus pormenores, buscando entender sua funcionalidade, existência e necessidade na sociabilidade burguesa, a partir do referencial teórico metodológico de Marx. Para introduzir a análise proposta, discorrer-se-á sobre o método de Marx inferindo ser este o mais consistente para apreender essencialmente qualquer fenômeno/objeto de análise. Tal abordagem terá, como referencial, autores que voltaram algumas de suas análises para dissertar acerca do método de análise marxista.

PALAVRAS-CHAVE

Política Social, Sociedade Burguesa, Método de Marx.

ABSTRACT

This essay aims at apprehending determinants that constitute social policy in its details, seeking to understand its functionality, existence and necessity in bourgeois sociability, from the theoretical methodological frame of reference of Marx. To introduce the proposed analysis, we will discuss Marx's method by inferring that it is the most consistent to essentially apprehend any phenomenon / object of analysis. The reference of this approach will be the authors who have returned some of their analyses to lecture about the method of Marxist analysis.

KEYWORDS

Social Policy, Bourgeois Society, Marx Method.

Recebido em 15.01.2018

Aprovado em 01.05.2018

INTRODUÇÃO

A busca pela maximização dos lucros é um elemento permanente e estruturante do modo de produção capitalista. Todas as relações sociais estão necessariamente influenciadas e determinadas por essa direção. A forma como essa dinâmica acontece se diferencia pelos processos sociais próprios de cada momento histórico da sociedade.

As políticas sociais surgem como elemento resultante desse processo, visando atender tanto as necessidades de acumulação de riquezas do capital quanto às reivindicações da classe trabalhadora, marcadas, portanto, pela contradição.

A atual conjuntura de desmonte de direitos e esfacelamento das políticas sociais, internacionalmente, demonstra mais um capítulo bárbaro da história do modo de produção capitalista na busca desenfreada pela maximização dos lucros. Tal fato nos coloca a necessidade de reafirmar os caminhos que nos levam a desvelar a essencialidade desse modo de produção e, por sua vez, apreender os processos que representam a realidade ontologicamente.

O desenvolvimento deste ensaio resulta de parte dos estudos acerca das políticas sociais no âmbito do doutorado. Representa o esforço em, através de uma releitura dos determinantes que constituem as políticas sociais, visitar o método de análise marxista para apreensão da realidade social. Para tanto, optou-se como procedimento metodológico a retomada dos caminhos, definidos por Marx, a serem percorridos pelo pesquisador na tarefa de conhecer seu objeto de estudo e, assim, poder chegar a sua essência. Adota-se como matriz teórico-metodológica o materialismo histórico dialético que visa apreender o fenômeno na sua essência, desvelando, portanto a aparência. Através do estudo da sociedade burguesa Marx nos possibilitou não só a consciência da essencialidade da ordem burguesa, como desenvolveu um novo método de análise para apreensão dos fenômenos sociais.

Seguindo as orientações desse percurso definido por Marx, se coloca como tarefa discorrer acerca das políticas sociais, resgatando seus determinantes históricos e constitutivos para que se possa

analisar a sua funcionalidade na sociedade burguesa. Para isso, se adotará como ponto de partida a vinculação da burguesia, classe dominante, com o pensamento conservador que tem como fundamento o racionalismo formal abstrato. Nesta perspectiva a realidade é apreendida de forma imediata, tendo como aparato científico a justificação do existente. A tomada de consciência política e teórica da classe trabalhadora determinará novas saídas para amenização do conflito entre classes antagônicas, através da exigência de respostas às suas reivindicações.

É sobre essa dinâmica que se inserem as políticas sociais, objeto de análise do presente ensaio que tem como instrumental metodológico a revisão bibliográfica de autores que tratam dos temas: política social e método de estudos de Marx.

O MÉTODO DE MARX

Marx tinha como objeto de estudo a sociedade burguesa e, para entendê-la, se dedicou por largos anos na tarefa de desvendá-la. Nos seus estudos, identificou que a sociedade burguesa é composta por classes de interesses divergentes, sendo os trabalhadores explorados pela burguesia, classe dominante social, política e economicamente. Ao identificar tal conteúdo tomou como um dos seus objetivos militantes “(...) aproximar os trabalhadores e a ciência, não deixar esta nas mãos dos representantes do capital (...) pretendia basear a atividade política dos trabalhadores na compreensão científica da estrutura econômica da sociedade burguesa (...)” (BUEY, 2004, p.127). Para tanto, Marx queria, através da sua intervenção científica, possibilitar aos trabalhadores uma consciência da essência da realidade de exploração inerente à sociabilidade burguesa “Trata-se de libertar os homens dos fantasmas que levam nas suas cabeças, das sombras da realidade, dos dogmas e ídolos que os impedem de pensar bem, da especulação nas nuvens” (BUEY, 2004, p.131). Marx começa a construir um novo materialismo que, de acordo com Buey (2004), pode ser determinado como uma “filosofia

materialista prática¹, histórica² e econômica³". Esses três pilares compoariam o materialismo histórico-dialético marxista determinado por Buey (2004, p.135) como "(...) o húmus, o adubo cultural sem tratamento específico, sobre o qual cresceu a planta do materialismo prático, histórico e econômico".

O método de pesquisa definido por Marx exige do pesquisador, no processo de investigação, a aproximação máxima do objeto a ser estudado, o conhecimento de todos os seus determinantes e de tudo aquilo que compõe o seu desenvolvimento, uma vez que só a partir deste movimento será possível conhecer a realidade que o constitui, a sua essência:

É mister sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real (MARX, 1988, p.16).

O método dialético marxista enfatiza que o movimento de conhecimento da realidade deve partir do real para o ideal. A realidade é

1 Esta é determinada como uma filosofia materialista prática: "(...) um materialismo que não se limita a captar a realidade sob a forma de objeto ou como mera contemplação; que rompe com a oposição estanque sujeito/objeto e concebe, alternativamente, a atividade humana como uma atividade objetiva e transformadora ao mesmo tempo. É um materialismo que considera a subjetividade do homem real." Buey (2004, p. 135).

2 Esta pode ser determinada por uma "(...) teoria da história natural e cultural que contempla o mundo como um *continuum* físico-biológico, biológico-social e sociocultural, no qual a particularidade da espécie humana consiste em se produzir a si mesma e produzir socialmente os próprios meios de vida" (BUEY, 2004, p. 134).

3 Nesta, de acordo com Buey (2004), tem destaque a primazia das relações de propriedade, produção, distribuição e consumo nas relações humanas, cabendo referenciar também a divisão social e técnica do trabalho como um dos principais determinantes da sociedade burguesa.

desvendada a partir das expressões do objeto na sua externalidade, captadas pelo homem de forma ideal a partir da observação:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome da ideia, – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1988, p. 16).

Por isso, o referencial teórico-metodológico revelará ou não a essencialidade do objeto: “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). O materialismo histórico dialético é entendido aqui como a matriz teórico-metodológica capaz de fazer atingir a essência dos fenômenos da realidade que se pretende conhecer. A dialética materialista significa práxis, ou seja, tornar real ou trazer para a realidade os fundamentos da teoria. Em outras palavras, “(...) trata-se de desenvolver a essência prática da teoria a partir dela mesma e da relação que estabelece com seu objeto.” (LUKÁCS, 1979, p. 60). A tomada de consciência, ou seja, a apreensão da essência da realidade deve estar diretamente articulada à ação dos sujeitos na realidade; nesse sentido,

É somente quando a tomada de consciência implica a operação decisiva que o processo histórico deve efetuar em direção a seu próprio fim (...) que a função histórica da teoria insiste em tornar praticamente possível esta operação (LUKÁCS, 1979, p. 61).

O método dialético é a forma de conhecer a realidade para depois transformá-la e, para tanto, há que se considerar como fundamental a historicidade que envolve a realidade que se quer investigar:

[...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas,

jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc., que lhes correspondem. (MARX e ENGELS, 1989, p.107).

Apreender a essência da realidade é reconhecer que esta é constituída por contradições e estas, por sua vez, não significam falhas na apreensão do conhecimento e sim retratam o conteúdo próprio da realidade da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, sistema no qual a contradição e o antagonismo são condições necessárias para sua perpetuação,

No caso da realidade social, (...) estas contradições não são índices de uma imperfeita apreensão científica da sociedade, mas estão vinculadas, de modo indissolúvel, à essência da realidade mesma, à essência da sociedade capitalista. Sua superação no conhecimento da sociedade não faz com que elas deixem de ser contradições. Ao contrário, elas são compreendidas como fundamento antagônico desta ordem de produção (LUKÁCS, 1979, p. 90).

O conhecimento é adquirido após um longo processo de investigação, no qual contrai seu conteúdo a partir dos processos históricos reais. Quando o pesquisador descreve de forma objetiva o objeto a ser pesquisado, de acordo com o que observa da aparência do fenômeno, ele configura a representação do real para o plano ideal. A aparência fenomênica pode ser entendida como aquilo que nos é imediato, é a forma primeira de manifestação do fenômeno, é a nossa primeira apreensão do objeto feita através dos sentidos. A aparência é a apreensão do sentido das coisas através da sua representação imediata, alcançando o entendimento pela familiaridade e/ou pela intuição, “(...) no trato prático-utilitário (...) [sem a preocupação de] intuir, analisar e compreender teoricamente” (KOSIK, 1986, p. 10) o fenômeno. A aparência está no que Kosik (1986) define como “mundo da pseudoconcreticidade”, que é o conjunto de fenômenos que se manifestam no ambiente de forma imediata, sem uma interlocução com a busca da coisa em si, são os fenômenos manifestados de forma independente, desvinculados de um processo histórico,

de uma contextualização de existência. Sendo assim, a consciência conhece os fatos de forma natural e espontânea:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, *ibidem*, p. 11).

Atingir o fenômeno em sua forma aparente é o primeiro passo para se alcançar o conhecimento teórico do objeto, da sua estrutura e dinâmica, tal como ele é em si mesmo. Ou seja, é o primeiro movimento que nos permitirá atingir a totalidade do conhecimento do objeto. Em um processo de investigação, o objetivo do pesquisador é ultrapassar a aparência do objeto, que representa um dado da realidade, para apreender a sua essência. A essência revela a coisa em si e o fenômeno é expressão dela; a essência faz parte do fenômeno sendo mediata a ele. Compreender o fenômeno é apreender a sua essência, é ter atingido a verdade da sua manifestação. Atingir a essência é chegar ao conhecimento, é atingir a estrutura da coisa. Chegar ao conhecimento da coisa em si significa destruir o mundo da pseudoconcreticidade:

O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno a essência (KOSIK, *ibidem*, p. 16).

Desvendar o fenômeno é destruir a sua aparente independência, a sua espontaneidade, e atingir o conhecimento da coisa em si, ou seja, é entender e apreender a causa que expressa e manifesta a existência do fenômeno.

O método marxista de investigação é de natureza ontológica, visa apreender a essência do fenômeno, a partir de uma situação/

fenômeno real, concreto: “(...) a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade (...)” (LUKÁCS, 2012, p. 287). De acordo com o método, o objeto tem existência própria independente do saber do pesquisador, porque não é a consciência que determina a matéria e sim a matéria que determina a consciência. Pensar a pesquisa é resultado da leitura que se faz ao observar o objeto na sua fenomenalidade.

A escolha do objeto de estudo/análise é resultante de uma gama de fatores que influenciam diretamente na escolha do pesquisador, e não só. O pesquisador ao investigar um determinado objeto carrega consigo todo um arcabouço cultural que acompanha a sua constituição enquanto pesquisador e enquanto ser social e estes fatores também serão determinantes para o desenvolvimento da pesquisa; “(...) o observador é, (...) parte da (...) realidade social que ele estuda, e não tem, portanto, esta distância, esta separação, que caracteriza a relação de objetividade do cientista natural com o mundo exterior” (LOWI, 1988, p. 194). Além dos elementos que constituem e determinam o ser pesquisador, também influencia na investigação do objeto a ser estudado a conjuntura social que o envolve, visto que a realidade social também criará demandas e meios que tornam pertinente o estudo de um determinado objeto. Tudo é determinado pelo contexto, pela conjuntura social que demanda a necessidade de investigação desse objeto. Disserta Lowy:

(...) nas ciências da sociedade, onde as opções ideológicas condicionam não somente a escolha do objeto, mas também a própria argumentação científica, a pesquisa empírica, o grau de objetividade atingido e o valor cognitivo do discurso: elas conformam não somente os quadros exteriores da pesquisa, mas também sua estrutura interna, sua veracidade, seu valor enquanto conhecimento objetivo da realidade (ibidem, p. 191).

Este ensaio busca discorrer sobre as políticas sociais, resgatando seus determinantes históricos e constitutivos para que se possa

analisar a sua funcionalidade na sociedade burguesa de acordo com o método materialista histórico-dialético elaborado por Marx, como sinalizado linhas atrás.

POLÍTICA SOCIAL E SOCIEDADE BURGUESA

A classe dominante na sociedade burguesa encontra seu fundamento político-ideológico no pensamento conservador que lhe permitirá justificar o conjunto de intervenções e estratégias, com o objetivo de manter a estrutura societária como forma de proteger a propriedade privada e preservar sua hegemonia ideológica, política e econômica.

Será o pensamento conservador aliado ao racionalismo burguês – consolidado sob a perspectiva formal-abstrata – que orientará uma parte significativa das interpretações e intervenções buscando controlar e manipular a realidade. Tal racionalidade se funda nos princípios e pressupostos determinantes do conservadorismo, ou seja, contrários a qualquer perspectiva de transformação dos fundamentos da sociedade ou que vise entender o real para além da sua aparência fenomênica.

Para os pensadores conservadores as situações sociais, ou mesmo as condições materiais dos indivíduos sociais, são entendidas como resultado dos processos naturais inerentes à capacidade de desenvolvimento decorrente da potencialidade individual dos sujeitos e/ou das suas escolhas individuais. Os pensadores conservadores não negam a estrutura dinâmica da sociedade, mas naturalizam a realidade ao defender que a humanidade naturalmente caminha em direção ao “progresso”, o que justifica o não rompimento com a ordem dada, uma vez que a ordem estabelecida garantiria o “progresso” e o “desenvolvimento”. Para tanto, os fenômenos entendidos como objeto da leitura da realidade, ao invés de serem apreendidos de forma dialética e contraditória, passam a ser considerados como fatos naturais, isolados e restritos à sua imediaticidade.

Ao ter uma visão de mundo elaborada a partir da imediaticidade dos fatos, do fenomênico, o conhecimento passa a existir para

controlar e administrar variáveis e situações particulares, não apreendendo a sociedade na sua totalidade e se distanciando do movimento do real. A realidade concreta também é entendida como anterior e superior ao sujeito, fazendo com que a transformação seja independente da ação dos mesmos. Logo, cabe referenciar que a burguesia passa a ter uma visão da estrutura social despreendida de historicidade, ou seja, os fenômenos sociais são desvinculados das dimensões econômicas e sociais, e assim, a-históricos.

Quando a burguesia defende a ideia de que a realidade pode ser conhecida através do empirismo abre mão da possibilidade de capturar o processo histórico, de desvendar o movimento contraditório como elemento central no direcionamento das suas ações e se distancia da ideia do homem enquanto ser social, que além de fazer parte do processo histórico é ele o sujeito da história.

Neste sentido, a práxis⁴ social humana é afastada do domínio da dialética, uma vez que a dimensão objetiva do real se distancia da compreensão da essência quando apreende a realidade de forma imediata e aparente. Ou seja, a apreensão da realidade não é guiada pelo movimento dialético, pela busca da essência dos fenômenos, a razão é colocada a serviço da explicação da aparência dos fenômenos, da pseudoconcreticidade.

4 A práxis, de acordo com a teoria marxista, se refere à atividade própria do homem ao envolver a objetividade e a subjetividade. O homem ao transformar a natureza é capaz de transformar a si mesmo. A práxis corresponde à capacidade teleológica do homem, ou seja, o ser humano é capaz de projetar o produto final do seu trabalho antes de iniciá-lo, adequando a sua necessidade. É a unidade entre teoria e prática para chegar a um fim. De acordo com Vázquez (1977): “Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis. (...) A atividade mostra, nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade. Vários atos desarticulados ou justapostos casualmente não permitem falar de atividade; é preciso que os atos singulares se articulem ou estruturem, como elementos de um todo, de um processo total, que desemboca na modificação de uma matéria-prima. Por isso, aos atos do agente e à matéria sobre a qual se exerce essa atividade, é preciso acrescentar o resultado ao produto. O ato ou conjunto de atos sobre uma matéria se traduzem em um resultado ou produto que é essa própria matéria já transformada pelo agente.”

A realidade passa a ser apreendida de forma fragmentada contando com o apoio de teorias que visam apenas à justificação imediata do existente, naturalizando as desigualdades sociais, a exploração da força de trabalho, as necessidades sociais, a questão social, etc. Dessa forma, se esvazia o significado e, até mesmo, a existência das desigualdades e lutas de classes, negando toda a concepção que caracteriza o materialismo histórico-dialético.

A nova racionalidade, fundamentada nos princípios e valores conservadores, obscurece a essência da sociedade burguesa, neutralizando o caráter histórico, político e econômico dos fenômenos sociais, e desvinculando a raiz da questão social dos fundamentos da ordem burguesa, visando garantir a produção e reprodução das relações sociais, a perpetuação e domínio econômico, social e político da sociedade burguesa. É com vistas a garantir a sua hegemonia que a burguesia deixa de ser uma classe guiada por valores universais para atender somente aos seus interesses particulares, tendo como fator propulsor a maximização dos lucros e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Esse novo posicionamento político e ideológico – oriundo da decadência ideológica da burguesia – acarretou uma nova perspectiva também para os trabalhadores, que passam a se colocar como classe antagônica aos interesses da burguesia. Essa mudança se relaciona com os processos de tomada de consciência política e teórica por parte da classe trabalhadora. A consciência política determina o momento em que a classe trabalhadora apreende a estrutura de interesses antagônicos do modo de produção capitalista e reconhece que a resolução da questão social só seria possível em uma outra ordem societária:

A explosão de 1848 não afetou somente as expressões ideais (teóricas, culturais, ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores: 1848, trazendo a luz o caráter antagônico dos interesses das classes sociais fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo (o socialismo de

Owen, por exemplo). Desta dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função da subversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado de classe em si a classe para si. As vanguardas operárias acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, um tergiversação conservadora e a só empregá-la indicando este traço mistificador (NETTO, 2012, p. 205).

O conflito entre classes proporciona o surgimento do processo de embate na sociedade e de luta entre projetos antagônicos. Este embate decorre, principalmente, pelo aumento da desigualdade social e pela situação de penúria na qual se encontra a classe trabalhadora no século XIX, nos principais centros econômicos capitalistas. O alastramento do pauperismo e o reconhecimento do proletariado, da raiz da sua miséria, criam situações de conflito que acabam por exigir da burguesia um novo posicionamento frente aos problemas sociais. A intensificação do pauperismo é determinante no reconhecimento político da questão social, a qual além de representar a situação de penúria inerente ao capitalismo, está imbuída de conteúdo político, social e ideológico expresso na luta da classe trabalhadora:

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas

formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2012, p. 204).

A naturalização das expressões da questão social por parte dos pensadores conservadores faz com que esta se dissocie do caráter excludente burguês, sem questionar, portanto, a ordem econômica e social vigente, impedindo a apreensão da essência dos processos sociais que determina as mazelas sociais.

Como a condição social dos sujeitos não é concebida como resultado da própria lógica e dinâmica da sociedade burguesa, resta condicionar a situação de miséria aos próprios indivíduos (e suas escolhas, características, etc.) ou ao processo natural de modernização. Assim, as respostas às necessidades sociais guiadas por esta lógica seguirão o caminho da moralização e do reforço dos valores dominantes.

Ao responsabilizar e culpabilizar os indivíduos pelas sequelas da questão social que afetam seu cotidiano, o Estado naturaliza as desigualdades e exploração, desvinculando todos os problemas das determinações estruturais e dos fundamentos do modo de produção capitalista. Assim as mazelas sociais serão tratadas através do controle e da manipulação das suas manifestações imediatas, da mesma forma que se apreendem e tratam os fenômenos naturais.

Por isso, a solução ou alívio dos problemas sociais vincula-se com a burocratização do trato do social, ou seja, com a definição de um conjunto de ações e estratégias articulado a um corpo técnico especializado para estabelecer formas eficazes e eficientes de atendimento.

O estabelecimento dos meios para efetivar o atendimento da questão social impõe ao Estado a reestruturação da “máquina” administrativa, implantando e implementando instituições, programas de ação, estratégias e instâncias técnicas. Deixando-se “seduzir” pelos princípios e métodos da gerência científica, a questão social passa a ser objeto de intervenção técnica para a qual algumas profissões devem se preparar (GUERRA, 2010, p. 130).

A intensificação do poder organizativo da classe trabalhadora, decorrente de diversas conjunturas, ameaça o domínio burguês, obrigando à classe dominante a criação de novas estratégias, visando manter sua hegemonia. É neste momento que a burguesia passa a atender, via ações estatais, algumas reivindicações dos trabalhadores, das quais se podem destacar as políticas sociais. Estas são caracterizadas como instrumento e mecanismo para amenização e obscurecimento da luta de classes cumprindo uma função estratégica: ao mesmo tempo em que atendem aos interesses da classe trabalhadora, são importantes para valorização e acumulação do capital. Como indica Guerra (2010, p. 135):

Ao isolar as questões sociais do âmbito das relações de trabalho, entendidas como expressão das relações de força entre classes ou segmentos de classes que se confrontam nesse processo, o Estado [principalmente via políticas sociais] acaba por obscurecer a organicidade entre políticas sociais e processo de acumulação/valorização do capital.

Não por acaso as políticas sociais, mesmo sendo consideradas como avanço que permite a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, criam as condições necessárias para a valorização e acumulação do capital (barateando a força de trabalho, assumindo investimentos não rentáveis para o capital, controlando a superpopulação excedente, etc.).

Para o cumprimento das suas funções, as políticas sociais possuem, como fundamento, princípios que reafirmam o domínio da racionalidade burguesa, uma vez que são estruturadas de forma imediatista, paliativa, corretiva e pontual, sem expor ou questionar as bases e a lógica estrutural do capitalismo. Isto porque surgem articuladas às relações de produção e reprodução social, sendo historicamente determinadas, não correspondendo necessariamente a uma ação de reconhecimento das necessidades humanas. Também as políticas sociais são produto (e assumem a forma) dessa racionalidade burguesa. Como discorre Guerra (2010, p. 134):

Seu espaço de atuação extrapola o âmbito restrito da legitimidade política do Estado junto às classes trabalhadoras, via instituições sociais, para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho.

Além de não representarem uma ação que eclode da simples vontade humana ao buscar mais justiça e igualdade social, as políticas sociais têm como função descaracterizar a luta política que determina o seu surgimento, naturalizando a questão social e dando um tratamento moralizador, burocrático e administrativo a suas expressões, apregoando uma suposta neutralidade e racionalização do processo de trabalho. Guerra (2010, p.134) complementa que:

(...) as políticas sociais têm sua base material amparada nas formas de organização do processo de trabalho, já que seu formato corresponde ao modelo de organização do trabalho nas sociedades capitalistas desenvolvidas – qual seja, rompe com a unidade orgânica entre as diversas dimensões da realidade, opera com a decomposição e fragmentação, assenta-se na previsão e controle racionais, põe as especializações e sustenta-se numa tecno-burocracia – como ainda gestam-se no interior das lutas de classes decorrentes dos interesses antagônicos que se manifestam nas relações de produção; no plano ideológico, as políticas sociais devem “aparecer” aos trabalhadores apartadas de interesses de classe. (...) questões políticas necessitam ser convertidas em problemas técnicos ou de desintegração social.

As políticas sociais são importantes instrumentos do Estado para responder às necessidades do capital na fase dos monopólios. Como indica Netto (2008, p.25), atendendo a “(...) demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extraeconômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos”.

Pode-se dizer que as políticas sociais representam uma das formas do Estado se legitimar social e politicamente, uma vez que possibilitam a inserção de novos sujeitos políticos no espectro societário,

ao atenderem ou estarem passíveis a acolher as demandas da classe trabalhadora, possibilitando o consenso na luta de classes.

(...) ao buscar legitimação política através do jogo democrático, [o Estado] é permeável às demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos (NETTO, 2008, p. 29).

É através da política social que se afirma o enlace entre as funções econômica e política do Estado na fase monopolista do capitalismo, tendo função expressa nos processos que remetem à preservação e ao controle da força de trabalho.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, as políticas sociais tendem a assumir características próprias da lógica capitalista. Entre seus objetivos destaca-se a tentativa de despolitizar a luta de classes, tratando a questão social de maneira natural, como se fosse um ciclo/processo inerente e necessário ao desenvolvimento da sociedade. Os problemas sociais são entendidos como consequência da incapacidade individual dos sujeitos que decorrem das opções dos indivíduos ou do desenvolvimento natural da sociedade, o que justifica uma atuação corretiva, integradora e/ou moralizadora. A política social recupera o caráter individual próprio da tradição liberal ao lidar com os problemas sociais como se fossem problemas pessoais.

Os direitos sociais seguem essa lógica individualista, uma vez que tratam a cidadania como algo pertencente ao mundo privado e individual, sem problematizar as relações entre a produção, distribuição, troca, consumo e reprodução das relações sociais. Nesta perspectiva, o destino pessoal seria uma responsabilidade que cabe apenas ao indivíduo e independe das relações sociais, econômicas e políticas no qual está inserido.

Ao reduzir a questão social a um conjunto de problemas sociais, as políticas sociais são orientadas para amenizar e administrar os

problemas concebidos como “patologias” ou “desvios” tendo como objetivo a reintegração do indivíduo desajustado à sociedade harmônica. Esta forma de tratamento dos problemas sociais articula-se com ações corretivas compreendidas como administração técnica das expressões da questão social, através de procedimentos técnico-operativos. O controle social dos comportamentos desviantes é fundamentado numa ação moralizadora que visa garantir e restabelecer comportamentos normais dos sujeitos sociais.

Sendo assim, o que se pode concluir é que por mais que as políticas sociais sejam resultado do processo de luta de classes que visa atender as demandas colocadas pelos trabalhadores, marcando o protagonismo e a força organizativa da classe trabalhadora, elas surgem também para dar conta da garantia de perpetuação do domínio do grande capital, revelando a sua contradição. Essas políticas são um avanço por atender a ampliação dos direitos de cidadania⁵, mas ao fazê-lo contribuem para o estabelecimento do consenso entre classes, uma vez que, ao ter seus interesses atendidos, os trabalhadores se veem representados pelo Estado que também tem como função garantir os interesses do capital. Posto isso, pode-se afirmar que a política social é produto da lógica da racionalidade burguesa e, orientada por esta mesma razão, as políticas públicas se desenvolvem, o que se leva a inferir que a referida política social nunca será um instrumento que direcione para o rompimento da estrutura própria do capitalismo, uma vez que, imbuída de contradição, atende ao interesse do capital e do trabalho.

5 Importante salientar que os direitos de cidadania são direitos burgueses, ou seja, próprios do modo de produção capitalista e, por isso, nunca terão um papel emancipador humano. O máximo que se pode atingir numa sociedade capitalista é uma emancipação política, que é possível através da ampliação dos direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUEY, Francisco Fernandes. Um novo Materialismo. Marx (sem ismos). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LOWY, Michael. Introdução in: As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- LUKÁCS, György. Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. Para uma ontologia do ser social 1. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 4.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 (Livro I, v. I.).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. História. Florestan Fernandes (Org.) São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Capitalismo e barbárie contemporânea. Argumentum, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4834984.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.
- _____. Introdução ao estudo do método de Marx. SP: Expressão Popular, 2011.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. Filosofia da Práxis. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.